

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 646.129 - ES (2014/0337503-2)**

**RELATOR** : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**  
**AGRAVANTE** : **DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO DO ESPIRITO SANTO**  
**ADVOGADO** : **REGINA CELI MARIANI E OUTRO(S) - ES004758**  
**AGRAVADO** : **CLAUDICEIA DIAS**  
**ADVOGADO** : **JOSÉ ARAÚJO BARBOSA - ES000193A**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto por DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DO ESPÍRITO SANTO contra a decisão que inadmitiu o recurso especial. O apelo extremo, com fundamento no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal, insurge-se contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo assim ementado:

*"APELAÇÃO CÍVEL - ação de reparação de danos materiais e morais - condenação de autarquia estadual - aplicação do art. 475, I, do CPC - acolhimento de questão de ordem para conhecimento de remessa necessária - responsabilidade da autarquia estadual pelos danos extrapatrimoniais sofridos pela parte que obteve informação equivocada sobre os seus registros ensejando sua demissão - quantum indenizatório - minoração - peculiaridades do caso concreto - correção monetária e juros de mora - súmulas nº 362 e 54 do STJ - custas - isenção - Lei Estadual nº 9.974/2013 - ausência de despesas a reembolsar - honorários advocatícios - compensados proporcionalmente entre as partes - art. 21, caput, do CPC - remessa e RECURSO CONHECIDOs - sentença em parte reformada E recurso em parte provido.*

*1 - Acolhida questão de ordem para aplicação do disposto no art. 475, I, do CPC, eis que a sentença condenatória, superior a 60 salários mínimos, fora proferida contra uma autarquia estadual.*

*2 - Constatada a responsabilidade da autarquia estadual pelos danos extrapatrimoniais sofridos pela parte que obteve informação equivocada sobre os seus registros, ensejando sua demissão.*

*3 - O fato de ter sido corrigido o erro dias depois, não altera o ilícito perpetrado, ensejador do dano moral experimentado, muito embora possa ser considerado para fixação da indenização.*

*4 - Não existe na lei um parâmetro para a fixação do quantum indenizatório do dano moral, sendo que essa tarefa é relegada ao prudente arbítrio do julgador, o qual deverá agir, segundo voz corrente na doutrina, com zelo e moderação, de forma a atender à dupla finalidade do instituto, qual seja: punir, de forma didática o ofensor e propiciar ao ofendido meios de compensar a dor e o sofrimento experimentados, sem que isso implique no seu enriquecimento indevido.*

*5 - Atende às peculiaridades do caso concreto, a quantia de R\$ 12.124,07 (doze mil, cento e vinte e quatro reais e sete centavos), que representa 12 (doze) vezes o valor salarial que a parte percebia à época, devidamente atualizado até a data em que fora relatado o recurso, sob o qual deve incidir correção monetária a partir do presente julgamento e juros de mora desde o evento danoso, conforme já definido pelo Superior Tribunal de Justiça (respectivamente, súmulas nº 362 e 54).*

*6 - Sem condenação da autarquia em custas em razão da isenção estabelecida*

*pela Lei Estadual nº 9.974/2013 e do fato da requerente ter sido beneficiado pela gratuidade da Justiça (não havendo despesas a reembolsar).*

*7 - Os honorários advocatícios devem ser compensados proporcionalmente entre as partes, nos termos do art. 21, caput, do CPC, considerando que a requerente não logrou êxito em seu pedido de indenização por danos materiais decorrentes dos afirmados lucros cessantes sofridos nos meses em que ficou desempregada; mas apenas no pedido de dano moral em face da autarquia estadual.*

*8 - Remessa e recurso conhecidos. Sentença em parte reformada e recurso em parte provido" (fls. 141/142 e-STJ).*

A denegação se deu em virtude dos óbices das Súmulas nºs 282 e 356/STF.

Sustenta a parte agravante, além de dissídio jurisprudencial, violação dos arts. 1.062 do Código Civil de 1916, 1º-F da Lei nº 9.494/1997, 2.044 do Código Civil de 2002 e 1º do Decreto-lei nº 4.657/1942. Alega:

(i) que o juro não pode ser o previsto no art. 406 do Código Civil de 2002, pois o evento danoso ocorreu em 12/8/1999, não podendo a lei incidir sobre fato anterior a sua vigência, devendo ser aplicado o percentual de 6% ao ano, conforme previsto no Código Civil de 1916, e

(ii) a correção monetária deve ocorrer a partir do arbitramento.

É o relatório.

**DECIDO.**

O acórdão impugnado pelo recurso especial foi publicado na vigência do Código de Processo Civil de 1973 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

Ultrapassados os requisitos de admissibilidade do agravo, passa-se ao exame do recurso especial.

A irresignação não merece prosperar.

Inicialmente, no tocante à tese em torno da fixação do percentual dos juros de mora, verifica-se que não foi objeto de debate pelas instâncias ordinárias, sequer de modo implícito, e embora opostos embargos de declaração com a finalidade de sanar omissão porventura existente, não indicou a parte recorrente a contrariedade ao art. 535 do Código de Processo Civil de 1973.

Nessa circunstância, ausente o requisito do prequestionamento, incide o disposto na Súmula nº 211/STJ: "*Inadmissível recurso especial quanto à questão que, a despeito da oposição de embargos declaratórios, não foi apreciada pelo Tribunal a quo.*".

Nesse sentido:

**"AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL. PROTESTO DE TÍTULO. NULIDADE. PEDIDO DE DILIGÊNCIA. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA.**

*SÚMULA 211/STJ. NECESSÁRIO REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. SÚMULA 284/STF. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.*

*1. O STJ não reconhece o prequestionamento pela simples interposição de embargos de declaração (Súmula 211). Persistindo a omissão, é necessária a interposição de recurso especial por afronta ao art. 535 do Código de Processo Civil, sob pena de perseverar o óbice da ausência de prequestionamento.*

*2. É firme a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça no sentido de que compete às instâncias ordinárias exercer juízo acerca das provas produzidas, haja vista sua proximidade com as circunstâncias fáticas da causa, cujo reexame é vedado em âmbito de recurso especial, a teor da Súmula 7 deste Tribunal.*

*3. Rever os fundamentos que levaram à conclusão acerca do protesto indevido e do dever de indenizar, no caso, demandaria o exame do conjunto probatório, o que é vedado na instância especial, segundo dispõe a Súmula 7/STJ.*

*4. Incabível a alegação de divergência jurisprudencial sem a citação de acórdão paradigma. Incidência da Súmula 284 do STF.*

*5. Agravo regimental a que se nega provimento." (AgRg no AREsp 431.782/MA, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 6/5/2014, DJe 12/5/2014).*

Quanto à correção monetária, o acórdão recorrido encontra-se em consonância com a jurisprudência assente desta Corte, segundo a qual, nos termos da Súmula nº 362/STJ, a correção monetária deve incidir a contar do arbitramento da indenização por danos morais.

Nesse sentido:

*"AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. ACIDENTE DE TRÂNSITO. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. TERMO INICIAL. JUROS DE MORA. SÚMULA Nº 54/STJ. CORREÇÃO MONETÁRIA. SÚMULAS Nº 362/STJ.*

*1. Em se tratando de responsabilidade extracontratual, os juros de mora devem ser computados a partir da data do evento danoso, a teor da Súmula nº 54/STJ.*

*2. Nos termos da Súmula nº 362/STJ, a correção monetária deve incidir a contar do arbitramento da indenização por danos morais.*

*3. Agravo regimental parcialmente provido" (AgRg no REsp 1.178.911/PR, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 2/2/2016, DJe 16/2/2016).*

Ante o exposto, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília(DF), 1º de fevereiro de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA  
Relator